

4 bilhões presos

Obstrução no Senado afeta o programa do Governo do DF

O Governador Aimé Lamaison está com 4 bilhões de cruzeiros guardados na Secretaria de Finanças e não pode gastá-los, a menos que o Senado Federal aprove o item primeiro da Ordem do Dia, que é o Projeto de Lei autorizando o GDF a abrir crédito suplementar nesta quantia. Este dinheiro é fruto de excesso de arrecadação e será usado, entre outras coisas, na conclusão das galerias de águas pluviais e alinhamento de meios-fios no Setor "P" de Ceilândia, beneficiando aproximadamente 15 mil casas.

Em outras palavras, o GDF arrecadou muito mais imposto do que foi previsto (4 bilhões de cruzeiros), e não pode gastar o dinheiro sem a autorização do Senado Federal, que, pela Constituição, é o órgão que legisla sobre as coisas de Brasília, já que a Capital da República não tem Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores ou qualquer outro tipo de representação política.

Órfão politicamente, o Distrito Federal se encontra sujeito às variações da política nacional, pois constitucionalmente o Senado é a Casa dos Estados, representando a Federação. E como os partidos oposicionistas (somente o PMDB e o PP, da oposição, possuem senadores) radicalizaram sua ação política, não deixando o Senado votar nenhum projeto, através da obstrução, em represália ao novo paçote

eleitoral anunciado esta semana pelo Presidente João Figueiredo, o Governador Lamaison vai ter que esperar tudo isto se resolver para pôr a mão nos 4 bilhões de cruzeiros.

Pelo menos é o que garantiu o senador Marcos Freire, líder da Oposição no Senado. Disse o senador que a obstrução vai continuar e, este ano, não passa mais nenhum projeto, não só no Senado, mas também na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas dos Estados e nas Câmaras de Vereadores. Marcos Freire afirmou ainda que só volta atrás se o Governo também ceder e retirar os "casuísticos eleitorais" que pretende enviar ao Congresso, em forma de Projeto de Lei.

Enquanto isto, os 4 bilhões de cruzeiros irão se desvalorizando, devido à inflação, já que os assessores do Governador garantiram ao **Correio Braziliense** que o dinheiro ainda não foi usado e ficará trancado nos cofres da Secretaria de Finanças até que a crise política entre a Oposição e o Governo se alivie, as negociações recomecem e termine a obstrução no Senado. Como ano parlamentar termina no próximo sábado, dia 5 de dezembro, dificilmente o Projeto de Lei do GDF será aprovado este ano, a não ser que se faça alguma manobra e a Oposição concorde em deixar passar apenas este.

PREOCUPAÇÃO

O senador Marcos Freire disse que não, mas existe dentro da própria Oposição pessoas trabalhando para que este projeto seja aprovado esta semana, não deixando a solução para março do ano que vem, data de reabertura do Congresso. Segundo fontes do GDF, o governador Lamaison está preocupado, pois se o dinheiro já está desvalorizado, em março ou abril ele não servirá para coisa alguma.

Os senadores Mauro Benevides (CE) e Lázaro Barbosa, ambos do PMDB e integrantes da Comissão do Distrito Federal do Senado, estão tentando convencer o líder Marcos Freire a deixar passar o projeto. O outro grande obstáculo existente já foi vencido: trata-se do senador Dirceu Cardoso, que vem demonstrando "boa vontade" para a aprovação do projeto, pois não se trata de empréstimos, contra os quais ele combate terminantemente, mas de excesso de arrecadação.

E foi o próprio senador Cardoso que manobrou no sentido do projeto dos 4 bilhões ser incluído como o primeiro a ser votado. Como o Presidente Aureliano Chaves o enviou ao Senado, em 28 de setembro último, o projeto deveria ir para o fim da fila. Mas o senador Cardoso requereu que ele fosse incluído durante as sessões extraordinárias, juntamente com o orçamento do GDF para o

exercício de 1982. Depois, solicitou o adiamento da votação do projeto por um certo número de sessões, argumento regimental usado sempre que se quer colocar algum projeto no primeiro item da pauta.

O DINHEIRO

Além de concluir as galerias pluviais e o alinhamento dos meios-fios do Setor "P" de Ceilândia, o governador Aimé Lamaison pretende fazer muita coisa com os 4 bilhões de cruzeiros, caso o Senado resolva liberá-los. Para o Gabinete do Governador, por exemplo, está prevista uma verba de 50 milhões de cruzeiros; e para a manutenção das atividades da Secretaria do Governo do DF, estão previstos Cr\$ 200 milhões.

Para a conservação, ampliação e execução de obras em prédios públicos, mais outros Cr\$ 200 milhões; para o PASEP, outros Cr\$ 100 milhões; para o ensino de 1º grau, Cr\$ 50 milhões; para as atividades da Fundação Cultural, outros Cr\$ 50 milhões. A maior verba será da Secretaria de Saúde, que ganhará Cr\$ 1 bilhão e 50 milhões; a Secretaria de Viação e Obras terá Cr\$ 600 milhões (de onde sairá o dinheiro do Setor "P"); a SSP terá Cr\$ 150 milhões; a Secretaria de Agricultura, Cr\$ 50 milhões; e a Secretaria de Segurança Pública, Cr\$ 500 milhões, dos quais Cr\$ 100 milhões para a Polícia Militar. Mas tudo isto só será liberado se o Senado deixar.